

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

Porto

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

ANO DE

2018

DENOMINAÇÃO: CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO

MORADA: Rua Monsenhor Fonseca Soares

N. 127 **ANDAR** **LOCALIDADE** Porto

FREGUESIA Massarelos

CONCELHO Porto

COD. POSTAL 4150 - 335

EM ____/____/____

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Porto, 28/03/2019

ASSINATURAS:

ASSINATURA DO PRESIDENTE

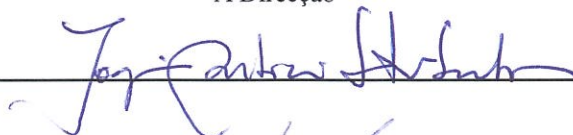
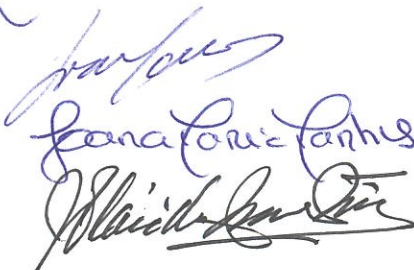
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SANTISSIMO SACRAMENTO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

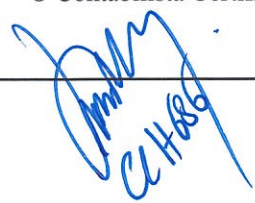
Contribuinte : 501700951
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 206 780,36	1 241 677,75
Ativos intangíveis	5	0,00	37,16
Investimentos financeiros	12.4	1 074,06	604,94
		1 207 854,42	1 242 319,85
Ativo corrente			
Inventários	7	746,46	765,55
Créditos a receber	12.1	12 036,10	15 254,25
Estado e outros entes públicos	12.8	1 975,21	824,50
Diferimentos	12.3	2 995,83	3 165,68
Outros ativos correntes	12.2	70 320,89	71 009,06
Caixa e depósitos bancários	12.5	8 244,88	11 810,40
		96 319,37	102 829,44
Total do ativo		1 304 173,79	1 345 149,29
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Reservas	12.6	70 000,00	70 000,00
Resultados transitados	12.6	40 051,11	37 934,27
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12.6	1 023 419,09	1 053 807,16
		1 133 470,20	1 161 741,43
Resultado líquido do período		-5 105,23	2 116,84
Total dos fundos patrimoniais		1 128 364,97	1 163 858,27
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	12.7	3 815,21	3 904,52
Estado e outros entes públicos	12.8	27 859,05	25 788,89
Financiamentos obtidos	6	65 000,00	65 594,25
Diferimentos	12.3	5 619,89	0,00
Outros passivos correntes	12.9	73 514,67	86 003,36
		175 808,82	181 291,02
Total do passivo		175 808,82	181 291,02
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 304 173,79	1 345 149,29

A Direcção

O Contabilista Certificado



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SANTÍSSIMO SACRAMENTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte 501700951

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 018	2 017
Vendas e serviços prestados	8	260 394,09	282 336,31
Subsídios, doações e legados à exploração	12.10	487 992,77	480 151,90
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-66 556,58	-61 651,78
Fornecimentos e serviços externos	12.11	-133 055,22	-137 335,10
Gastos com o pessoal	10	-537 457,86	-545 534,29
Outros rendimentos	12.12	30 838,07	31 597,26
Outros gastos	12.13	-8 086,30	-8 258,66
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		34 068,97	41 305,64
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	-35 713,58	-35 762,21
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-1 644,61	5 543,43
Juros e gastos similares suportados	12.14	-3 460,62	-3 426,59
Resultados antes de impostos		-5 105,23	2 116,84
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-5 105,23	2 116,84

A Direção

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Pré - Escolar	ATL	Serviço Apoio Domiciliário	Centro de Convívio	Centro de Dia	PERÍODOS	
							2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	168 094,18	36 035,91	27 629,00	2 555,00	26 080,00	260 394,09	282 336,31
Custo das vendas e dos serviços prestados	7 e 10	-352 425,40	-9 933,82	-85 227,57	-23 494,88	-50 932,77	-604 014,44	-607 186,07
Resultado Bruto		-184 331,22	-55 897,91	-57 598,57	-20 939,88	-24 852,77	-343 620,35	-324 849,76
ISS, IP - Centro Distrital	9	275 959,41	22 166,37	65 648,88	16 512,00	0,00	380 286,66	386 388,85
Outros Rendimentos	12.10 e 12.12	25 754,62	1 581,24	34 723,22	30 066,60	36 418,50	138 544,18	125 360,31
Gastos administrativos	12.11, 4 e 5	-64 978,15	-18 681,74	-30 826,85	-18 965,13	-35 316,93	-168 768,80	-173 097,31
Outros Gastos	12.13	-5 722,43	-689,14	-608,08	-189,05	-877,60	-8 086,30	-8 258,66
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		46 682,23	-41 521,18	11 338,60	6 484,54	-24 628,80	-1 644,61	5 543,43
Gastos de financiamento (líquidos)	12.14	0,00	0,00	-1 488,06	-449,82	-1 522,74	-3 460,62	-3 426,59
Resultado antes de impostos		46 682,23	-41 521,18	9 850,54	6 034,72	-26 151,54	-5 105,23	2 116,84
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		46 682,23	-41 521,18	9 850,54	6 034,72	-26 151,54	-5 105,23	2 116,84

A Direção









O Contabilista Certificado



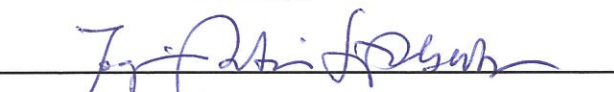
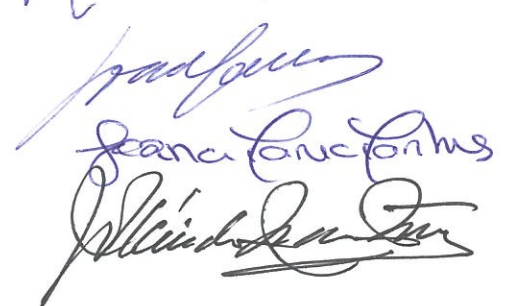
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SANTÍSSIMO SACRAMENTO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

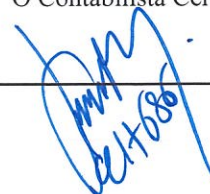
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		270 814,84	270 647,68
Pagamentos a fornecedores		-189 530,13	-192 384,60
Pagamentos ao pessoal		-349 093,35	-333 114,56
Caixa gerada pelas operações		-267 808,64	-254 851,48
Outros recebimentos/pagamentos		179 744,38	184 052,59
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-88 064,26	-70 798,89
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-486,95	0,00
Investimentos financeiros		-419,64	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-906,59	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	28 094,25
Doações		89 460,20	73 610,26
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-594,25	-27 500,00
Juros e gastos similares		-3 460,62	-3 426,53
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		85 405,33	70 777,98
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-3 565,52	-20,91
Caixa e seus equivalentes no início do período		11 810,40	11 831,31
Caixa e seus equivalentes no fim do período		8 244,88	11 810,40

A Direcção

O Contabilista Certificado



Handwritten signatures and stamps in the top right corner. There are several overlapping signatures and a circular stamp with illegible text inside.

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	10
5	Ativos Intangíveis	11
6	Custos de Empréstimos Obtidos	11
7	Inventários	11
8	Rédito	12
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	12
10	Benefícios dos empregados	12
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	13
12	Outras Informações	13
12.1	Créditos a receber	14
12.2	Outros ativos correntes	14
12.3	Diferimentos	14
12.4	Investimentos Financeiros	14
12.5	Caixa e Depósitos Bancários	15
12.6	Fundos Patrimoniais	15
12.7	Fornecedores	15
12.8	Estado e Outros Entes Públicos	15
12.9	Outros Passivos correntes	16
12.10	Subsídios, doações e legados à exploração	16
12.11	Fornecimentos e serviços externos	16
12.12	Outros rendimentos	17
12.13	Outros gastos	17
12.14	Resultados Financeiros	17
12.15	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	17
12.16	Acontecimentos após data de Balanço	18

1 Identificação da Entidade

O Centro Social e Paroquial do Santíssimo Sacramento é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS" e encontra-se registada no livro 2 das Fundações de Solidariedade Social sob o número 16/84, a fls. 44 e verso, em 8 de Março de 1984.

Tem sede na rua Monsenhor Fonseca Soares, 127, freguesia de Massarelos no concelho do Porto. Dentro dos fins canónicos de piedade, apostolado e caridade, o Centro tem por finalidade principal prosseguir o objetivo de contribuir para a promoção integral de todos os paroquianos num espírito de solidariedade humana, social e cristã.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.



3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou

produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as comparticipações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às comparticipações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

3.2.5 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Créditos a receber e ativos correntes

Os "Créditos a receber" e os "Outros ativos correntes" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;

- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Os “Financiamentos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.9 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2017	Adições	Abate	Transferência	31-12-2018
Edifícios e Outras Construções	1 463 850,16				1 463 850,16
Equipamento Básico	152 068,03	451,08			152 519,11
Equipamento de Transporte	62 187,41				62 187,41
Equipamento Administrativo	63 042,72	327,95			63 370,67
Outros Activos Fixos Tangíveis	23 151,79				23 151,79
Activo Tangível Bruto	1 764 300,11	779,03	0,00	0,00	1 765 079,14
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	244 254,71	29 037,99			273 292,70
Equipamento Básico	151 222,03	464,60			151 686,63
Equipamento de Transporte	41 912,70	5 792,78			47 705,48
Equipamento Administrativo	62 505,48	244,31			62 749,79
Outros Activos Fixos Tangíveis	22 727,44	136,74			22 864,18
Depreciações Acumuladas	522 622,36	35 676,42	0,00	0,00	558 298,78
Activo Tangível Líquido	1 241 677,75	-34 897,39	0,00	0,00	1 206 780,36

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2017	Adições	Abate	Transferência	31-12-2018
Programas de Computador	3 654,29				3 654,29
Activo Intangível Bruto	3 654,29	0,00	0,00	0,00	3 654,29
Depreciações Acumuladas					
Programas de Computador	3 617,13	37,16			3 654,29
Depreciações Acumuladas	3 617,13	37,16	0,00	0,00	3 654,29
Activo Intangível Líquido	37,16	-37,16	0,00	0,00	0,00

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	65 000,00	0,00	65 000,00	65 000,00	0,00	65 000,00
Descobertos bancários	0,00	0,00	0,00	594,25	0,00	594,25
Total	65 000,00	0,00	65 000,00	65 594,25	0,00	65 594,25

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2018	31-12-2017
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	746,46	765,55
Total	746,46	765,55

No que concerne à quantia de "Inventários" de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2018	2017
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	765,55	1 782,94
Compras	48 291,58	46 336,65
Doações	18 245,91	14 297,74
Saldo Final	746,46	765,55
Gastos do Período	66 556,58	61 651,78

8 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2018	31-12-2017
Prestação de Serviços	260 394,09	282 336,31
Quotas do Utilizadores	260 394,09	282 336,31
Outros Rendimentos e Ganhos	30 838,07	31 597,26
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	3,00
Outros	30 838,07	31 594,26
Total	291 232,16	313 933,57

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2018				2017		
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável			380 286,66			386 388,85
IEFP	Não Reembolsável			0,00			5 855,05
Total		0,00	0,00	380 286,66	0,00	0,00	392 243,90

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais é 8 elementos, sendo a Direção constituída por 5 e o Conselho Fiscal por 3 elementos. Este número manteve-se inalterado durante os anos de 2018 e 2017.

Os Voluntários ao serviço da instituição no ano 2018 são os seguintes:

Voluntários	Funções desempenhadas	Nº horas anuais
3	Coordenação	270
5	Cozinha e serviços auxiliares	400
1	Serviços administrativos	250
10	Serviços educacionais	300
2	Estagiárias	800
6	Serviços 3ª idade	600

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante os exercícios de 2018 e de 2017 foi de 32.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao pessoal	431 462,86	427 222,86
Indemnizações	1 002,68	10 867,28
Encargos sobre as Remunerações	95 654,28	96 033,11
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	6 450,16	6 251,91
Outros Gastos com o Pessoal	2 887,88	254,67
IEFP	0,00	4 904,46
Total	537 457,86	545 534,29

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

12.1 Créditos a receber

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica "Crédito de clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes		
Utentes c/c	12 036,10	15 254,25
Total	12 036,10	15 254,25

12.2 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Fornecedores	973,15	1 588,62
Adiantamento a fornecedores	973,15	1 588,62
Outra Contas a Receber	69 347,74	69 420,44
Entidades do sector publico administrativo	69 175,83	68 801,11
Outros	171,91	619,33
Total	70 320,89	71 009,06

12.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
Seguros	2 962,55	2 797,31
Outros	33,28	368,37
Total	2 995,83	3 165,68
Rendimentos a Reconhecer		
Mensalidades	5 619,89	0,00
Total	5 619,89	0,00

12.4 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2018	2017
Outros investimentos Financeiros		
FCT	1074,06	604,94
Total	1 074,06	604,94

12.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	411,19	3 374,49
Depósitos à Ordem	7 833,69	8 435,91
Total	8 244,88	11 810,40

12.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Reservas - Fundo de Reserva	70 000,00			70 000,00
Resultados Transitados	37 934,27	2 116,84	0,00	40 051,11
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	1 053 807,16	0,00	-30 388,07	1 023 419,09
Total	1 161 741,43	2 116,84	-30 388,07	1 133 470,20

12.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c		
Fornecedores	3 815,21	3 904,52
Total	3 815,21	3 904,52

12.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Activo		
IVA - A Recuperar	1 975,21	824,50
Total	1 975,21	824,50
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	7 098,68	5 766,88
Segurança Social	20 683,37	19 784,59
IVA - A Recuperar	0,00	213,92
Outras - Fundos	77,00	23,50
Total	27 859,05	25 788,89

12.9 Outros Passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Cientes e Utentes	1 982,67	384,00
Adiantamento de utentes	1 982,67	384,00
Pessoal	0,00	9 835,88
Outras operações com o pessoal	0,00	9 835,88
Credores por Acréscimo de Gastos	71 439,65	75 606,52
Remunerações a Liquidar	70 328,13	75 127,91
Outras despesas diferidas	1 111,52	478,61
Outros Credores	92,45	176,66
Outros Credores	92,45	176,66
Total	73 514,77	86 003,06

12.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	380 286,66	392 243,90
Doações e heranças - Donativos	107 706,11	87 908,00
Total	487 992,77	480 151,90

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Serviços especializados	45 301,64	47 889,16
Materiais	9 584,33	12 089,73
Energia e fluidos	30 585,00	26 859,57
Deslocações, estadas e transportes	108,90	0,00
Serviços diversos	44 583,82	47 984,81
Encargos com Utentes	2 891,53	2 511,83
Total	133 055,22	137 335,10

12.12 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	3,00
Outros	30 838,07	31 594,26
Total	30 838,07	31 597,26

12.13 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	1 832,67	3 204,19
Outros	6 253,63	5 054,47
Total	8 086,30	8 258,66

12.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros Suportados	3 460,62	3 426,59
Total	3 460,62	3 426,59
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-3 460,62	-3 426,59

12.15 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2018, foi o seguinte:

- Pré - Escolar: 100
- Centro de atividades de tempos livres: 45
- Serviço de apoio domiciliário: 24
- Centro de dia: 25
- Centro de convívio: 25

12.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de Dezembro de 2018

O Contabilista Certificado



A Direção

